



SEGURANÇA PÚBLICA

CPI das facções é novo round da polarização

Esquerda e direita medem forças por cargos na comissão a ser instalada hoje, no Senado, para investigar crime organizado

» VANILSON OLIVEIRA

O Senado instaura hoje a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado, criada para investigar a estrutura, o financiamento e a expansão de facções criminosas e milícias no Brasil. A decisão ocorre após a megaoperação policial no Rio de Janeiro, que deixou 121 mortos. O colegiado contará com 11 membros titulares e sete suplentes, e deve ser uma nova fronteira de embate entre a esquerda e a direita.

O senador Alessandro Vieira (MDB-SE), ex-delegado e autor do requerimento, é o nome mais cotado para assumir a relatoria. Nos bastidores, fala-se no nome do senador Fabiano Contarato (PT-ES), delegado aposentado, para presidir a comissão. As duas funções devem ser definidas na sessão inaugural. Outros que devem compor a comissão são os senadores Flávio Bolsonaro (PL-RJ), Sergio Moro (União-PR), Jaques Wagner (PT-BA) e Rogério Carvalho (PT-SE).

A senadora Damares Alves (Republicanos-DF), que acompanhava ontem a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS, afirmou que a oposição pretende impedir que o PT assuma o controle da CPI, alegando risco de interferência política. “A oposição vai se unir. Nós estamos instalando uma nova era com a CPMI (do INSS). O povo já estava desacreditado nesse instrumento poderosíssimo. Nós vamos trabalhar para satisfazer a sociedade também com os frutos dessa CPI”, completou.

Questionada sobre se a CPI vai investigar possíveis políticos ligados ao crime, ela foi enfática e disse que sim. “Se o time que eu estou imaginando, do nosso lado, for para a CPI realmente, vai acontecer o que está acontecendo aqui. Nós vamos querer dar uma resposta”.

Ela citou nomes como os de Magno Malta (PL-ES) e Hamilton Mourão (Republicanos-RS), que poderiam presidir a comissão. “Nós temos boas pessoas da área de segurança. Temos o Styvenson Valentim

(PSDB-RB), Alessandro Vieira, Sergio Moro. Flávio Bolsonaro também, apesar de não ser policial, mas é advogado e ter sempre militado na área, é presidente da Comissão de Segurança. A direita tem bons nomes para essa CPI”, frisou.

O senador Rogério Marinho (PL-RN) criticou a tentativa do governo federal de minimizar a gravidade da crise. “O PT não assinou a CPMI do INSS. A mesma coisa acontece na CPI do crime: eles também não assinaram, mas querem tomar conta do colegiado, querem eleger o presidente, o relator. E a gente fica desconfiado”, disse o parlamentar. Ele finalizou falando que podia adiantar as ações que estão sendo tomadas, caso o PT tente o comando da comissão. “Não posso falar, ou eles vão se preparar”, finalizou.

Já o senador Jaques Wagner, crítico da ação no Rio, defende a linha do governo de que o combate ao crime organizado não se faz com confronto, mas com o uso de inteligência e a asfixia das finanças das facções. Contarato também condena o que foi feito no Rio. Na ocasião, ele considerou a ação “desastrosa”, porque atingiu “inocentes e profissionais da segurança pública”. O parlamentar defende o trabalho “com inteligência e coordenação”.

Diagnóstico

Segundo Alessandro Vieira, o objetivo é fazer um diagnóstico inédito sobre o funcionamento dessas organizações. “Nossa expectativa é de que a CPI consiga apontar como elas atuam, suas fontes de financiamento e as rotas de influência. É fundamental entender o que funciona e o que não funciona nas políticas de segurança em vigor”, afirmou.

O senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR) vê a CPI como “uma oportunidade de o Congresso estabelecer parâmetros nacionais claros sobre o uso proporcional da força”. “As polícias precisam ter segurança jurídica para agir, e não podem ser criminalizadas por cumprir sua missão”, afirmou.

Philippe Lima/Divulgação



O ministro Alexandre de Moraes visitou, acompanhado por Castro, a Sala de Inteligência e Controle do Centro Integrado de Comando da polícia

Castro diz a Moraes que Rio cumpriu legislação

» LUANA PATRIOLINO
» IAGO MAC CORD*

Após reunião com o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), disse ter apresentado documentos que demonstram ter cumprido as diretrizes constitucionais para a megaoperação contra o Comando Vermelho nos complexos do Alemão e da Penha. A ação deixou 121 mortos — a mais letal da história. A audiência com o magistrado durou duas horas e contou, também, com a cúpula da

segurança do estado. Amanhã, Moraes se encontrará, em Brasília, com entidades de direitos humanos.

Castro apresentou um relatório em que justifica a necessidade da força-tarefa e detalha a complexidade da resistência armada dos integrantes da facção. No balanço, ele indicou a prisão de 99 pessoas, além da apreensão de armamentos pesados e de drogas ilícitas.

“A atuação estatal, diante de organizações criminosas de perfil narcoterrorista, constituiu exercício legítimo do poder-dever de proteção da sociedade, concretizando o princípio da legalidade e reafirmando o compromisso das forças

de segurança pública com a legalidade, a transparência e a proteção dos direitos humanos, em estrita observância ao Estado Democrático de Direito e à defesa da vida”, diz o documento apresentado por Castro.

O governador e o ministro chegaram juntos, de helicóptero, para a reunião no Centro Integrado de Comando e Controle da Polícia Militar. O encontro foi fechado, sem a participação da imprensa, e ocorreu um dia após Moraes determinar a preservação e a documentação rigorosa e integral de todos os elementos materiais relacionados à operação policial no Rio, incluindo perícias e

respectivas cadeias de custódia.

Para amanhã, o magistrado agendou uma audiência conjunta, na sala da Primeira Turma do STF, com a participação de órgãos e entidades ligados aos direitos humanos: Conselho Nacional de Direitos Humanos; Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro; Instituto Anjos da Liberdade; Associação Direitos Humanos em Rede – Conectas Direitos Humanos; entre outros.

*Estagiário sob a supervisão de Cida Barbosa

» Entrevista | ALBERTO FRAGA | PRESIDENTE DA FRENTE PARLAMENTAR DE SEGURANÇA PÚBLICA

"Queremos colocar na PEC a prisão perpétua"

» DANANDRA ROCHA

Presidente da Frente Parlamentar de Segurança Pública, o deputado Alberto Fraga (PL-DF) defende o endurecimento das leis penais e diz que o país precisa “deixar de tratar bandido como vítima”. Em entrevista ao *Correio*, ele enfatizou que a polícia deve reagir “à altura do crime organizado” e anunciou que vai incluir a prisão perpétua na proposta de emenda constitucional em debate na Câmara.

Operações como as do Rio, que teve mais de 120 mortos, fortalecem ou fragilizam a imagem das forças de segurança?

No meu entender, fortalece. Estamos acostumados com a ideia de que a polícia não entra no complexo tal, a polícia não entra na favela tal. Eu acho que o governador do Rio de Janeiro mostrou que o Estado precisa e deve ser mais forte que o crime organizado. Eles entraram,

houve reação, e os bandidos que reagiram morreram. Eu lamento, não fico feliz com a morte de bandidos, mas fico feliz quando não morrem policiais — e morreram quatro.

O senhor sutenta que falta integração entre as polícias e órgãos de inteligência. Que modelo de comando unificado poderia evitar tragédias como a que vimos no Rio?

Esse tipo de tragédia não tem como evitar. Quando se avizinha esse conflito, os bandidos não entregam as suas armas de forma pacífica. Não existe nenhum tipo de diálogo ou qualquer tipo de metodologia que faça com que os bandidos entreguem as armas e saiam com as mãos para cima. Isso só acontece em filme. Não tinha como conseguir evitar esse conflito, uma vez que a polícia, quando entra no morro, é recebida a tiros, inclusive com a sofisticação de drones jogando bombas na polícia. Se

eu fosse governador do Rio, já teria feito mais uma ou duas operações, para o crime organizado entender, de uma vez por todas, que é o Estado quem manda. Quero dizer que, antes de falar das forças de segurança, tudo isso aconteceu em virtude da famigerada ADPF 635, que possibilitou aos bandidos se armarem, se organizarem e construir um verdadeiro exército para enfrentar o Estado. Espero que haja outras operações nos mesmos moldes.

O que muda com a PEC da Segurança?

Primeiro, o relatório da PEC não está pronto. Segundo, o texto que o governo federal mandou para a Câmara não trata, em um artigo ou uma linha sequer, do combate ao crime organizado. Isso é conversa fiada que o governo fica falando, dizendo que mandou a PEC da Segurança, mas cadê o artigo que trata do combate ao crime organizado? É zero. Não existe absolutamente

Renato Araújo/Câmara dos Deputados



nada. Portanto, é uma peça de ficção, e nós, operadores verdadeiros da segurança pública, vamos tentar dar um resultado plausível para a sociedade, não essa peça ilusória que veio do governo federal.

Integrantes do Executivo e entidades de direitos humanos

afirmam que o endurecimento penal não resolve a violência estrutural.

É mais uma falácia dos direitos humanos, que, ao longo desses anos, vêm só defendendo o bandido, e é por isso que a bandagem tem crescido. Os direitos humanos tinham que se preocupar com

a vida do trabalhador, e não com a vida do bandido. O bandido escolheu essa vida porque quis. Os direitos humanos tinham que tomar vergonha na cara e defender uma bandeira que verdadeiramente a sociedade aprovasse.

Como pretende marcar sua atuação no Congresso?

Queremos colocar nessa PEC da Segurança a prisão perpétua. O bandido tem que ter receio de ficar preso. Queremos pelo menos colocar a pena de prisão perpétua e o endurecimento das penas. Temos que criar uma Agência Nacional para combater o crime organizado. A Polícia Federal não pode ter a exclusividade para combater o crime organizado, até mesmo porque eles não têm efetivo. A PF só atua em ocorrências midiáticas, que levam a imprensa. Eles não ficam no dia a dia da segurança pública. O dia a dia da segurança pública quem faz é a Polícia Civil e a Polícia Militar.